

## **NOS LIMITES DO GÊNERO: APONTAMENTOS SOBRE A DISCUSSÃO SEXO-GÊNERO FACE AOS DESAFIOS EM TORNO DA DIVERSIDADE SEXUAL**

Por Paula Sandrine Machado

O objetivo deste artigo é analisar certas reformulações no conceito de gênero frente aos desafios lançados por alguns movimentos de diversidade sexual. Centrarei minha análise mais especificamente no movimento político intersex, partindo das reflexões provocadas pelo mesmo no contexto de uma pesquisa na qual me proponho a compreender o processo de decisões em torno das intervenções (cirúrgicas e hormonais) a que são submetidas crianças e adolescentes intersex<sup>1</sup>.

Desde já, é preciso ressaltar que existem diferentes formas de militância intersex e que nem todas assumem os mesmos pressupostos e pautas políticas. A partir do trabalho pioneiro da Intersex Society of North América (ISNA), fundada nos anos 90 por Charyl Chase<sup>2</sup>, surgem outros ativismos políticos intersex em diversos contextos regionais, entre os quais merece destaque aquele desenvolvido por ativistas da América Latina<sup>3</sup>. Para fins desse artigo, contudo, não irei me deter nos embates existentes entre os diferentes grupos e sim nas demandas e formulações mais gerais que os aproximam.

Iniciarei o texto contextualizando o debate a respeito da denominação “intersex” e as divergências entre as definições médicas e aquelas propostas pelo ativismo. Em seguida, analisarei, por um lado, a emergência da intersexualidade como tema de pesquisa dentro dos estudos feministas e, por outro, de que forma as reivindicações do movimento intersex oferecem novos elementos para se pensar o debate sexo-gênero, os quais interrogam um certo uso do conceito de “gênero” dentro dos próprios estudos feministas. Finalmente, mostrarei os efeitos dessas interrogações no que se refere mais particularmente a minha investigação.

### **O problema da nomenclatura**

O termo “intersex” tem sido utilizado tanto por médicos<sup>4</sup> e psicólogos, como pelos ativistas do movimento social intersex. Contudo, os pressupostos e o conteúdo das definições são claramente divergentes. De acordo com a literatura médica, os “estados intersexuais” podem ser divididos, de uma forma geral, em quatro grandes grupos: pseudo-hermafroditismo feminino (presença de ovário, sexo cromossômico 46XX<sup>5</sup>, genitália interna considerada “feminina”, mas genitália externa “ambígua”); pseudo-hermafroditismo masculino (presença de testículos, cariótipo 46XY, genitália externa considerada “feminina” ou “ambígua”); disgenesia gonadal mista (presença de gônadas disgenéticas, ou seja, “com alterações”); hermafroditismo verdadeiro (presença de tecido ovariano e testicular) (Freitas, Passos, Cunha Filho, 2002).

Já os grupos de ativismo intersex, engajados na luta pelo fim das cirurgias precoces “corretoras” de genitais ditos “ambíguos”, oferecem uma outra definição para o termo. De acordo com a ISNA:

*Intersex é um termo geral usado para uma variedade de condições nas quais uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não parece se encaixar nas definições standards de feminino ou masculino (ISNA, 2005. Minha tradução).<sup>6</sup>*

Através dessa outra forma de pensar a intersexualidade, busca-se contestar a sua patologização (e, conseqüentemente, provocar uma mudança de atitude no que se refere às intervenções cirúrgicas nos corpos de crianças intersex), bem como se amplia o leque daquilo que o termo é capaz de compreender. Isso porque existem situações que, embora não estejam compreendidas nos quatro “grandes grupos” que correspondem à definição médica, podem ser entendidas como variações em relação ao padrão dicotômico masculino/feminino socialmente legitimado<sup>7</sup>.

Segundo Alice Dreger (2004), instaura-se, dessa forma, um embate entre o modelo de intervenção vigente (baseado na lógica biomédica e, de acordo com ela, centrado na “cirurgia e no aconselhamento”) e o modelo de intervenção proposto pelos ativistas (centrado “nos pacientes”). Enquanto o modelo biomédico considera a intersexualidade como uma “anormalidade anatômica rara”, que deve ser corrigida imediatamente, o segundo modelo percebe os corpos intersex como sendo variações da norma. Logo, a diferença é reivindicada pelos ativistas como uma possibilidade e não como uma patologia.

Ao situar a questão da intersexualidade como uma “variação” em relação ao padrão dicotômico que classifica os corpos como masculinos ou femininos, o ativismo intersex mostra a insuficiência das categorias de sexo (como binário) e de gênero (como prolongamento ou efeito das categorias de sexo) em dar conta das relações desses sujeitos com as normas sociais, as quais excluem seus corpos dos limites daquilo que “pode” ser vivido. Basicamente, o que se percebe é que há um nó exatamente na discussão natureza/cultura e sexo/gênero, que não é desatado através de premissas essencialistas ou construtivistas. E é justamente esse nó que situa as questões relativas à intersexualidade no centro de uma série de debates feministas acerca do uso do conceito de gênero e que oferece, entre outras possibilidades, um vasto campo para os estudos que se propõem a interrogar a construção do conhecimento científico e a desconstruir a idéia de uma natureza alheia ao social.

### **Intersexo e problemáticas feministas: a biologia em debate**

No final dos anos 60 e início dos anos 70, os estudos feministas introduzem, no terreno dos estudos em sexualidade, a divisão entre sexo e gênero. Bastante frutífera no sentido de denunciar que as diferenças e hierarquias sociais entre mulheres e homens não estão baseadas em uma “natureza” masculina ou feminina, essa divisão, por outro lado, não interroga o próprio “sexo biológico”. Com isso, reifica não apenas a existência de um sexo “natural” mas também a divisão entre dois domínios de saberes: as ciências sociais (que se ocupariam das questões relativas ao “gênero”) e as ciências médicas (que se ocupariam do “corpo natural” e do “sexo”) (Oudshoorn, 2000).

De acordo com Joan Scott (1995), certas teóricas do feminismo acabaram não examinando a própria oposição binária contida na formulação sexo-gênero e não desconstruindo a assertiva de que no fim (ou no começo?) de tudo, estaria uma biologia do sexo sem a marca do gênero. Para Linda Nicholson (2000), é a idéia de

uma espécie de autonomia do primeiro em relação ao segundo que levou algumas feministas a apoiarem a existência incontestável da oposição entre as duas categorias. O que a autora aponta é que, nesse tipo de formulação, o conceito de gênero acaba reforçando uma matriz heterossexista de pensamento ao admitir o dualismo entre os sexos como uma verdade biológica, deslocando-o do lugar de uma também (e muito sedimentada) construção cultural sobre os corpos.

Já no final dos anos 70 e início dos anos 80, o corpo, antes relegado a um segundo plano, passa a aparecer como terreno de problematizações e lutas feministas. A Biologia e as “Ciências da Vida” despontam como campos que despertam sobremaneira o interesse de inúmeras pesquisadoras (Oudshoorn, 2000; de la Bellacasa, 2005). Basicamente, o que se instaura, a partir daí, é o interesse em desconstruir a idéia de uma “verdade natural” sobre os corpos, através da denúncia de que os próprios fatos científicos são construções culturais e que, ao invés de constituírem um espelho da natureza, produzem o que será entendido e incorporado como natural.

Segundo Nelly Oudshoorn (2000), existem três principais estratégias utilizadas pelas feministas nesse empreendimento. A primeira delas consiste em demonstrar a variação histórica do discurso médico no que concerne aos corpos e ao sexo. A segunda, em elucidar como as técnicas literalmente transformam os corpos<sup>8</sup>. E a terceira, a qual se filia a autora e minha própria pesquisa, trata de mostrar como a realidade “natural” é construída pela Ciência. Ou seja, como se operam os saltos lógicos entre um “modelo” de corpo (ou de sexo) e a legitimação desse modelo como realidade corporal ou sexual.

É nesse contexto de produções científicas sobre o corpo, e respondendo às provocações do movimento social, que a intersexualidade emerge como tema de interesse de um certo número de pesquisadoras identificadas com a perspectiva feminista que passam a se dedicar à área dos Estudos da Ciência e da Tecnologia<sup>9</sup>. Pode-se dizer que o tema vem ganhando mais atenção nos estudos antropológicos, ressaltando-se, contudo, que já em 1990 o antropólogo Gilbert Herdt publicara um artigo sobre o mesmo, colocando sob suspeita a idéia da inevitabilidade universal do dimorfismo sexual (Herdt, 1990). Esse interesse crescente da Antropologia remete a no mínimo duas explicações possíveis. Em primeiro lugar, porque as questões pautadas pela intersexualidade indicam a necessidade de redefinições dos termos considerados no clássico debate natureza e cultura (ou pelo menos no que concerne às relações entre eles). Em segundo lugar, porque colocam para a antropologia novos problemas ligados à biotecnologia e à bioética, para os quais antigas soluções se tornam insatisfatórias. Disso resulta um investimento cada vez maior no campo ainda relativamente pouco explorado da “Antropologia da Ciência”.

Já no que tange ao movimento feminista, o tema também se apresenta como um desafio, de implicações tanto políticas como teórico-conceituais. Sobretudo a partir das problematizações levantadas pela militância, contestando a existência de dois – e apenas dois – sexos, as pesquisas em torno das questões intersex trazem à tona, para as teóricas feministas, os limites da dicotomia sexo-gênero. Além disso, trazem um olhar crítico para dentro do próprio feminismo acerca dos substantivismos e naturalizações operados por perspectivas essencialistas e também por perspectivas construtivistas nos estudos em sexualidade. Do ponto de vista teórico-conceitual, as

reflexões em torno da intersexualidade oferecem elementos que contribuem no sentido da desconstrução de algumas formulações dicotômicas hegemônicas como natureza-cultura, sexo-gênero, masculino-feminino, humano-não humano.

Uma renovada perspectiva sobre as questões envolvendo a diversidade sexual e a discussão natureza-cultura tem sido oferecida por teóricas e teóricos “Queer”. De forma geral, eles apontam para uma possibilidade analítica que tensiona profundamente a idéia de natureza (e, mais especificamente, da natureza binária suposta na diferenciação sexual), borrando as fronteiras entre o natural e o cultural de maneira ainda mais intensa. Não apenas as definições de natureza e cultura são colocadas em xeque (Butler, 1999), como também as fronteiras entre o humano e o não-humano passam a ser revisitadas (Haraway, 2000).

De acordo com Judith Butler (2004, p. 4), o movimento intersex, através da contestação das cirurgias precoces que visam inserir os corpos no padrão dicotômico masculino/feminino, elabora uma perspectiva crítica contra uma visão de humano que supõe um ideal anatômico. Para ela, as normas que governam esse ideal são responsáveis por estabelecer significados diferentes àquilo que será considerado humano ou não, bem como por classificar as vidas que podem ser vividas ou não dentro das possibilidades oferecidas pelo social. Além disso, continua Butler (2004), o ativismo intersex – e também transex – denuncia a arbitrariedade e os riscos envolvidos na tentativa de buscar, manter e/ou definir o dimorfismo sexual a qualquer preço.

Essa mesma denúncia tem efeitos em minha própria investigação sobre o processo de decisões referente às intervenções que pretendem “adequar” os corpos de crianças intersex ao padrão binário masculino ou feminino. De onde se faz necessário desconstruir minimamente as seguintes noções essencializadas: a) a de que existem apenas dois sexos e b) a de que o sexo é um substrato anterior ao gênero.

### **As incoerências do sexo, as inconformidades do gênero.**

Para discutir esse último item, apresentarei uma situação vivida durante meu trabalho de campo junto a uma equipe de profissionais de saúde de um hospital do RS/Brasil.

Tratava-se de uma palestra voltada para profissionais médicos sobre elementos envolvidos na etiologia dos ditos “fenótipos ambíguos”. O palestrante era um geneticista que discorreu sobre inúmeros aspectos ligados à diferenciação sexual nos níveis anatômico, gonadal, genético, psicológico, entre outros. No momento da discussão, ele aponta:

Uma coisa é sexo, outra coisa é gônada, outra coisa é cariótipo, etc....., outra coisa é gênero, mas nem sempre uma coisa combina com a outra. O que a gente queria é que tudo combinasse, né?

Essa mesma situação já foi apresentada em outro artigo (Machado, 2005a), na medida em que me parece emblemática de duas características em relação ao processo de decisão frente a casos de intersexo: 1) a de que o sexo, nas

classificações médicas, está impresso em diferentes níveis – molecular cromossômico, gonadal, hormonal, social e psicológico<sup>10</sup>; 2) a de que a coerência entre esses níveis é buscada incessantemente, sendo o sucesso da intervenção avaliado em termos de um critério ainda anterior a ela: a coerência entre o sexo construído e os estereótipos masculinos ou femininos esperados para aquele sexo.

Essa observação traduz uma série de outros momentos do trabalho de campo que permitem romper com o conceito de sexo como natural e fundado em uma matriz binária. A partir daí, destacam-se algumas conseqüências analíticas. Primeiramente, se o sexo pode ser localizado em diferentes níveis em um mesmo indivíduo e se esses níveis podem se combinar de diferentes formas, então a divisão dos corpos entre masculinos e femininos corresponde sobretudo a um olhar generificado sobre aquilo que será considerado naturalmente feminino ou masculino. Em segundo lugar, a de que o sexo é, desde sempre, “generificado” e são as políticas normativas de gênero que fazem com que ele seja percebido como uma entre duas, e exclusivamente duas, classificações possíveis.

Essas conseqüências analíticas são também conseqüências das rupturas provocadas pelo movimento intersex e desafiam, como este último, uma certa concepção de gênero (e sua relação com o sexo) que vem sendo questionada dentro do próprio feminismo desde os anos 80. De acordo com Butler (2004, p. 42), o gênero deve servir não apenas como um mecanismo através do qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas também como um instrumento útil para a desconstrução e desnaturalização dessas mesmas noções.

Assim, o que se coloca como pauta política e teórica para o ativismo intersex (além de outros movimentos sociais em defesa da diversidade sexual) e para os estudos em sexualidade não parece ser tanto uma reformulação radical do conceito de gênero, mas uma abertura a novas possibilidades ainda não exploradas a partir dele.

## Notas

---

<sup>1</sup> Trata-se da minha pesquisa de doutorado, o qual vem sendo realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da professora Daniela Riva Knauth. Em 2005, a investigação contou com um subsídio de Ciudadanía Sexual/Universidad Peruana Cayetano Heredia/Fundação Ford no marco do projeto “Sexualidades, Salud y Derechos Humanos en América Latina”.

<sup>2</sup> Conferir [www.isna.org](http://www.isna.org).

<sup>3</sup> O Programa para a América Latina e o Caribe da International Gay and Lesbian Human Rights Commission, por exemplo, conta com uma “Área Trans e Intersex”, coordenada por um ativista intersex da Argentina, Mauro Cabral.

<sup>4</sup> Constata-se, mesmo no meio médico, um grande debate sobre a propriedade dessa nomenclatura. Se, por um lado, o termo “genitália ambígua” é visto como totalmente inadequado (porque não daria conta de todos os “estados intersexuais” e, também, porque faria referência à idéia de “ambigüidade”), o termo intersexo também não é considerado livre de problemas. Na prática, o que observei durante o trabalho de campo realizado em um hospital do Rio Grande do Sul/Brasil, é que os médicos utilizam entre eles o termo “genitália ambígua” e também “genitália incompletamente formada”. A título de padronização, entretanto, tem sido sugerido em âmbito internacional (mas principalmente norte-americano) o uso da nomenclatura “anomalias do desenvolvimento sexual”, o que parece ainda não ser um consenso entre os diferentes grupos médicos.

<sup>5</sup> A sigla 46XX (ou 46XY) é uma convenção biomédica, em que 46 diz respeito ao número total de cromossomos de um indivíduo e XX ou XY referem-se a um dos pares desse conjunto. São os chamados “cromossomos sexuais”.

- <sup>6</sup> Ainda que a definição de “intersex” apresentada pelo ativismo latino-americano seja muito próxima da norte-americana, cabe destacar que existem inúmeras especificidades do primeiro em relação ao segundo, entre elas notadamente a forma “celebratória” com a qual se situa face à intersexualidade. Para um aprofundamento acerca dessas questões, bem como sobre as particularidades do movimento intersex latino-americano e suas divergências em relação ao norte-americano, ver Cabral e Benzur (2005).
- <sup>7</sup> As inúmeras situações de hipospádias e os casos de agenésia vaginal, por exemplo. Agradeço a Mauro Cabral por ter me chamado a atenção para essas questões relativas ao ativismo intersex.
- <sup>8</sup> As teóricas que adotaram essa estratégia se concentraram sobretudo nos estudos relacionados às tecnologias de fertilização in vitro, mostrando como elas estabelecem modificações no que se refere aos limites do corpo feminino e não se resumem a “desenvolvimento tecnológico”.
- <sup>9</sup> Nas produções sobre intersexualidade, destacam-se, entre outros, os trabalhos de Fausto-Sterling (2000), Kessler (1998) e Dreger (2000).
- <sup>10</sup> Para uma análise mais detalhada sobre como esses diferentes níveis são levados em consideração nas decisões médicas por uma ou outra intervenção visando a “adequação do sexo” em crianças intersex, ver Machado (2005b).

## Bibliografia

1. De la BELLACASA, Maria Puig. Les corps des pratiques: politiques féministes et (re)constructions de “la nature”. In: ROUCH, Hélène; DORLIN, Elsa; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique (Orgs.). **Le corps, entre sexe et genre**. Paris: L’Harmattan, 2005, p. 13-38.
2. BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. New York and London: Routledge, 1999.
3. BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York and London: Routledge, 2004.
4. CABRAL, Mauro; BENZUR, Gabriel. Cuando digo *intersex*. Un diálogo introductorio a la *intersexualidad*. **Cadernos PAGU**, n. 24, jan-jun, p. 283-304, 2005.
5. DREGER, Alice. **Shifting the paradigm of intersex treatment**. [posted Thu, jan. 01 2004 for the Intersex society of North America]. Disponível em: <http://www.isna.org/drupal/compare>. Acesso em: 25 abril. 2004.
6. DREGER, Alice Domurat. **Hermaphrodites and the medical invention of sex**. London: Harvard University Press, 2000.
7. FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality**. New York: Basic Books, 2000.
8. FREITAS, Fernando; PASSOS, Eduardo Pandolfi; CUNHA FILHO, João Sabino L. da. Estados Intersexuais. In: FREITAS, Fernando; MENKE, Carlos Henrique; RIVOIRE, Waldemar A.; PASSOS, Eduardo Pandolfi (Orgs.). **Rotinas em Ginecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
9. HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org. e Trad.). **Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
10. HERDT, Gilbert. Mistaken Gender: 5-alpha reductase hermaphroditism and biological reductionism in sexual identity reconsidered. **American Anthropologist**, v. 92, n. 2, p. 433-446, 1990.
11. INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA (ISNA). **What is intersex?** Disponível em: [http://www.isna.org/faq/what\\_is\\_intersex](http://www.isna.org/faq/what_is_intersex). Acesso em: 16 de junho, 2005.
12. KESSLER, Suzanne. **Lessons from the intersexed**. New Jersey: Rutgers University Press, 1998.
13. MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: o olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural”. **Cadernos PAGU**, n. 24, jan-jun, p. 249-281, 2005a.
14. MACHADO, Paula Sandrine. “Quimeras” da Ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005b.
15. NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
16. OUDSHOORN, Nelly. Au sujet des corps, des techniques et des féminismes. In: GARDEY, Delphine; LÖWY, Ilana (Orgs.). **L’invention du naturel. Les sciences et la fabrication du féminin et du masculin**. Paris: Éditions des archives contemporaines, 2000, p. 31-44.

17. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

.....  
**Sobre a autora**

**Paula Sandrine Machado.** Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), RS/Brasil; Pesquisadora associada do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS)/UFRGS.

Endereço de e-mail: [paulasandrine@yahoo.com.br](mailto:paulasandrine@yahoo.com.br)